

A PEDAGOGIA NO QUILOMBO

Reassilva Trilha Muniz

(Mestre, Professora de Iniciação ao Trabalho Acadêmico, Pesquisa Educacional e orientadora de TCC do Curso de Pedagogia da FAHESA - ITPAC)

Email: *trilhattrilha@yahoo.com.br*

O percurso empreendido para entender que a África é o berço da humanidade estende-se por dois milhões de anos até chegar à contemporaneidade. A narrativa deste fato começa quando são encontrados sinais de seres humanos no território africano. Na sequência, são dadas as informações sobre as grandes navegações e sobre a escravidão que chega ao Brasil colônia através de navios com a bandeira portuguesa. Movimentos abolicionistas provocam o ato da abolição da escravidão, unindo forças com os quilombos. As idéias desses grupos organizados denominados quilombos ainda estão vivas e latentes nas comunidades quilombolas em defesa daquele ideário que os afrodescendentes e seus defensores julgam justo e necessário, tais como extinção do preconceito e resgate de uma cultura que dá identidade a um povo. Finaliza, situando a comunidade quilombola de Cocalinho no município de Santa Fé do Araguaia, com suas potencialidades e limitações, no contexto regional, deixando clara a relevância das relações que se constroem na comunidade, ressaltando a administração do preconceito, a questão da territorialidade e a Pedagogia.

Palavras-Chave: Cultura. Pedagogia. Quilombola.

The course undertaken to understand that Africa is the humanity's cradle extends for two million years until to the contemporaneity. The narrative of this fact begins when human beings signs are found in the African territory. In the sequence, the information is given about the great navigations and on the slavery that arrives to the Brazil colony through ships with the Portuguese flag. Abolitionist movements provoke the slavery abolition act, uniting forces with the quilombos. The ideas of these organized groups denominated quilombos are still alive and latent in the communities quilombolas in defense of that ideology that the African descents and their defenders judge exactly and necessary, such as extinction of the prejudice and ransom of a culture that gives people an identity. It concludes, placing the community quilombola of Cocalinho in the municipal district of Santa Fé of Araguaia, with its potentialities and limitations, in the regional context, making clear the relevance of relationships built in the community, pointing out prejudice administration, territoriality and the Pedagogy.

Key Words: Culture. Pedagogy. Quilombola.

1. INTRODUÇÃO

Compreender como se efetiva o ato pedagógico no Quilombo consiste na temática deste trabalho, mais particularmente como se apresenta a Pedagogia no contexto social eleito para este estudo.

A pretensão desta pesquisa é realizar uma investigação numa comunidade Quilombola para ampliar as reflexões e discussões sobre o assunto afrodescendência, a partir das falas dos próprios integrantes dessa comunidade e da literatura pertinente.

Esforços estão sendo envidados, em nível nacional, para que o currículo escolar da escola brasileira seja contemplado com o estudo dessa temática. Em algumas iniciativas são evidenciadas práticas significativas e em outras, poucas atividades acontecem, quando elas acontecem.

A constatação de que os PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais, não atingiram os segmentos educacionais no Brasil com todas as temáticas, em todos os lugares e em todas as instituições, é elemento de convicção suficiente para trazer à discussão o estudo sobre a afrodescendência. Materiais de grande consistência para a escola nacional foram deixados pelos organizadores dos temas transversais, mas inexpressiva tem sido a repercussão a respeito disso e a escola não tem apresentado resultados significativos em relação ao assunto.

Da mesma forma, importantes conhecimentos têm sido construídos por pesquisadores estudiosos da área, mas o assunto ainda não se esgotou sobre essa realidade presente nesta nação, daí o interesse por essa abordagem.

No universo das áreas de estudos, realizar pesquisas sobre a cultura afrobrasileira significa situar um segmento étnico de relevância, no tempo e espaço histórico, que tem participado do desenvolvimento desta nação.

Esse trabalho pretende contribuir com as áreas que abordam o assunto para agregar aos conhecimentos existentes sobre essa abordagem, os resultados deste estudo.

Recolher dados na realidade vivida numa comunidade para compreender como ocorre a Pedagogia no Quilombo é o propósito deste trabalho.

Os benefícios desta pesquisa respaldam-se na legislação que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo dessa temática.

A preponderância dos benefícios sobre os riscos reside no fato de poder participar de pesquisa de significativo valor científico, onde se poderá tornar mais conhecido o patrimônio cultural dessa etnia.

Uma vez instalada uma população para aí viver e conviver, num mesmo espaço, naturalmente a cultura dessa sociedade tende a se mostrar. Desperta interesse como se apresenta o ato de ensinar e de aprender, nesses contextos, em que a vida de determinadas pessoas toma o mesmo rumo, por passarem a viver situações de um mesmo mundo referencial.

A Pedagogia no Quilombo é o foco deste estudo, que se propõe a refletir sobre as experiências e o processo educativo que o Quilombo promove percebendo se o currículo escolar aborda nos conhecimentos sistematizados desenvolvidos, somente a cultura dominante ou as questões raciais, reforçando a cultura a que pertencem. É nesse ambiente de educação que se pretende penetrar para pesquisar sobre a sua ação pedagógica.

Para a melhor compreensão desse percurso da história a intenção é partir de informações sobre a África, como berço da humanidade, seguindo-se com dados a respeito do tráfico de escravos, antes do descobrimento, e da escravidão na história do Brasil, enfocando, ainda, o povoamento do norte brasileiro. Na sequência, é feito um panorama sobre os quilombos até chegar à comunidade Quilombola de Cocalinho, situando essa localidade no mapa do Estado de Tocantins para conhecer a sua história e, conseqüentemente, sua pedagogia.

2. PEDAGOGIA QUILOMBOLA

2.1 Quilombolas: Origem e Percurso

No intuito de compreender a cultura quilombola, buscou-se entender de onde vieram os negros e a forma como eles vem sendo tratados ao longo do tempo. Constatou-se que vieram da África e que sofreram com a escravidão e com o tráfico negroiro.

A leitura da obra de Blainey, (2007): considerado um dos historiadores que vem disseminando conhecimento em favor da humanidade, na época contemporânea, permitiu que se compreendesse melhor a idéia de ser a África o berço da humanidade, quando retoma o assunto sobre o início da civilização.

Parafraseando Blainey, (2007): na sua obra *Uma breve história do mundo* pode-se dizer que na Tanzânia descobriram-se vestígios de dois homens primitivos e uma criança há aproximadamente três milhões de anos. Eram pegadas sobre cinzas vulcânicas amolecidas por chuvas recentes.

Com o passar dos séculos iam migrando para o norte. Moviam-se em pequenos grupos e eram exploradores e colonizadores.

Na cadência dos tempos, surgiram as grandes navegações, que partindo de diferentes pontos da Europa, ampliavam suas conquistas e negócios. A viagem de Portugal à Índia tornou-se uma rota regular do comércio. E o ser humano é considerado produto comercializado nessas viagens.

Ainda é da obra de Blainey, (2007): as informações aqui apresentadas sobre as cargas dos chamados navios negreiros. E foram nesses navios que carregavam padres jesuítas, entre outras pessoas, juntamente com os produtos, que viajavam os escravos da África.

A África, durante muito tempo exportou uma mercadoria polêmica que tinha demanda em quase todos os lugares: os escravos. A prática de vender pessoas também era realizada na China, na Índia, em Roma, na Rússia, na França e em outros diferentes locais da Europa e, mais tarde, nos Estados Unidos. Não se pode deixar de lembrar que na Grécia antiga a escravidão já existia. Os pedagogos daquela época eram escravos.

Percebeu-se pela leitura do autor referido, que a escravidão atingia inicialmente os devedores, os prisioneiros de guerra, os desajustados e os criminosos. No entanto, às vezes pais vendiam os filhos e irmãos vendiam seus irmãos, pessoas que não se enquadravam no perfil supracitado.

A escravidão, em muitas tribos e em alguns Estados da América que comercializavam

escravos já ocorria muito antes da chegada de Colombo.

No século XVI os escravos da África eram despachados em navios com bandeira européia para as colônias cristãs da América.

Os portugueses foram os pioneiros do comércio escravo para as Américas, pois eles já usavam a mão de obra escrava em suas próprias plantações de cana de açúcar nas ilhas de Cabo Verde e Madeira. Os britânicos e pessoas de outras nações de navegadores logo aderiram a esse comércio lucrativo.

Infere-se que a contribuição do trabalho escravo foi fundamental para o desenvolvimento dos lugares em que eles viviam.

As idéias abolicionistas que se espalhavam nos Estados Unidos, desde 1860 chegaram em Cuba e no Brasil, e intensificaram a luta pelo fim da escravidão. Em 1886 a escravidão foi abolida a Cuba e em 1888 no Brasil, porém em muitas partes da África e em algumas partes da Ásia ela continuava, só tendo sido abolida das planícies arenosas do estado africano de Mauritânia, em 1980. Embora as nações continuem a condená-la, na década de 1990, em alguns lugares ela ainda persistia. (BLAINEY, 2007).

No Brasil, desde o início do Brasil Colônia até a assinatura da Lei Áurea, a escravidão foi uma prática legitimada pelo poder imperial português, que governava a nova terra.

Merece realce, o envolvimento político dos abolicionistas brasileiros, no decorrer dos séculos em favor da extinção da escravidão.

Zumbi, o líder negro, é nome que não pode ser esquecido nesta história de mártires e heróis da causa em defesa da liberdade do escravo africano, que povoou e ajudou a tornar próspero o território brasileiro. Seguindo-se a ele tem-se: José do Patrocínio que defendia a causa abolicionista e foi considerado o mais importante jornalista da abolição. Castro Alves, com seus poemas que cantavam a dor e o amor sentidos pelo imigrante forçado; desde o navio negreiro foi outro abolicionista que ficou na história. Além desses merecem ser citados Luís Gama, Visconde de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Antônio Bento de Souza, Eusébio de

Queiroz e Rui Barbosa, entre outros. (SHVOONG, 2009).

Quando se evoca o nome de Zumbi forçosamente evoca-se o movimento dos Quilombos. Movimento esse, que deixou sua marca viva, a sua cultura que se perenizou na memória e práticas de seus descendentes, os afrodescendentes e principalmente aqueles que vivem nas Comunidades Quilombolas.

Sabe-se que um ato legal não é totalmente assumido por todos e antes e após a abolição no Brasil já se formavam os grupos de resistência denominados Quilombos. Os Quilombos eram os baluartes defensores da liberdade.

Mesmo oficialmente livres os negros viveram e têm vivenciado a discriminação, nos mais diferentes espaços da sociedade. E, nesse contexto, a escola brasileira não tem sido eficaz na eliminação da idéia de preconceito étnico. Diante desse fato, o atual governo da República promulga uma legislação que coloca a escola como elemento desencadeador das discussões e ações com vistas à extinção do preconceito racial.

2.2 A História não Contada

A povoação inicial no Brasil registra a presença de povos e nações indígenas situados em diferentes partes do continente.

Segundo Cunha Júnior, (1999): a colonização invasora européia chegou e não tardaram as *imigrações forçadas de cativos africanos*.

A mistura dessas três raças sinaliza para o início da cultura e história nacional, com as marcas de experiências históricas vividas por estes povos. Portanto, assentados nos conhecimentos dessas três raças: indígena, européia e africana localiza-se a gênese dos processos de educação e transmissão da cultura nacional e é aí, nesse ponto, onde tudo deveria começar para desencadear esses processos. No entanto, com a dominação decorrente dos processos coloniais e imperialistas europeus, as concepções da cultura e educação nacional evidenciam sua história com as marcas do eurocentrismo, omitindo a história da origem da população negra e mestiça que não começou nos navios negreiros ou em tribos de homens nus.

Acredita-se que é nesse recorte, omitido na história dos imigrantes africanos, que se localizam as razões da própria exclusão do negro de história africana e de cultura nacional.

Com a negação dessa história a educação e a formação de educadores vieram sendo realizada sem o conteúdo de base africana.

Esse conceito discriminatório que ainda hoje persiste decorre exatamente disso, pois as informações sobre o passado africano são escassas, com conotações racistas. Daí a história ser desfavorável à percepção igualitária e cidadã dos afrodescendentes.

Na história não-contada, tudo foi omitido pela força da dominação européia porque aos dominantes não interessava registrar essa história.

A liderança afrodescendente que começou a projetar-se com o movimento dos quilombos, nunca mais cessou. Essa parcela da população brasileira tem tido, historicamente, avanços e recuos na própria história dos movimentos negros, onde eles têm sido bem mais visíveis entre os afrodescendentes com mais elevado nível de formação e criticidade.

Os movimentos negros começaram a surgir na época da escravidão, renovando-se a partir dos anos 70 do século XX. Muito tem sido dito e escrito sobre o assunto. A sociedade brasileira têm sido cenário de uma história de iniciativas de militantes e de sistemas educacionais que insistem em incluir estudos sobre a afrodescendência nos currículos escolares, mas com resultados aquém do esperado.

Por outro lado, grande tem sido o volume de pesquisas e de obras sobre a temática em estudo, entre seus autores destacam-se: Kabengele Munanga, Henrique Cunha Júnior, Elisa Sankofa e Fátima Aparecida da Silva, entre outros.

Esses movimentos étnicos organizados há décadas para resgatar a cultura da própria etnia no contexto brasileiro objetivam valorizar as questões educacionais dos afrodescendentes e criar um ambiente favorável à discussão da cultura nacional e das origens dos povos brasileiros.

Na pauta de assuntos desses movimentos tem estado a questão do ensino da História Africana e da denominada História do Negro Brasileiro.

Foi no âmago dessas discussões que a preocupação com a formação dos educadores foi ganhando forma para incluir nela a História Africana.

É importante salientar que embora freqüentes intentos venham sendo viabilizados, com vistas à formação dos professores, eles ainda não têm sido suficientes para dar ao professor a formação necessária para tratar da questão da afrodescendência, em âmbito nacional.

O fato de rememorar a época do ingresso dos cativos com uma história conhecida a partir desse fato, é que se compreende o motivo da tentativa de anulação de uma história bem mais ampla, da história daqueles que chegaram aqui vencidos, mas que deixaram suas raízes no lugar a que pertenciam.

Nos navios negreiros os escravos africanos sentiram a violência da voz de comando opressora durante a longa e sofrida viagem, mas chegando ao Brasil esta passou a ser a sua terra, o lugar onde seriam gerados e criados os seus descendentes, embora aquela voz continuasse a ser ouvida.

Na nova terra os escravos trabalharam muito nas lavouras canavieiras, nas minas de ouro, nas fazendas de café, acalentado o desejo de tornarem-se livres.

Esse desejo de liberdade dos escravos de origem africana no Brasil, traduzida na fuga e na formação de quilombos em múltiplos locais do território, teve início desde o final do século XVI. Tal como em Palmares, outros Quilombos se formaram, sendo significativos os de Mato Grosso e Goiás.

Depois da independência, apesar da proximidade das cidades mais populosas, os quilombos não tardaram a se organizar, sobretudo nos locais de maior concentração de propriedades rurais.

É preciso contar cada vez mais essa história, de forma verdadeira, completa, para que possam ser resgatados os fatos que compõem esses acontecimentos e que são decisivos para dar significação a este assunto.

2.3 O Povoamento no Norte Brasileiro

Para Nascimento, (2009): o povoamento da área que forma o Estado do TO começou no início

do século XVIII. Nesse desbravamento, a historiografia relata que os portugueses utilizaram quatro movimentos de caráter oficial: as descidas, as entradas; de caráter espontâneo: tropeiros e bandeiras.

As “descidas” eram expedições realizadas pelos padres jesuítas, capuchinhos, franciscanos e carmelitas, que seguiam para o interior da Colônia com a intenção de catequizar os indígenas, promovendo a sua aculturação.

As “entradas e as bandeiras” eram expedições de agrupamentos de desbravadores que queriam encontrar metais preciosos e índios para escravizá-los. As entradas eram promovidas pelo governo e respeitavam o Tratado de Tordesilhas. Partiam das capitanias de Pernambuco e Bahia. Já as bandeiras eram expedições particulares, com fins lucrativos e não respeitavam o Tratado de Tordesilhas. Elas partiam geralmente da capitania de São Vicente, hoje, São Paulo.

O quarto grupo era formado pelos tropeiros, também chamados de vaqueiros, ou curraleiros, por alguns autores. Eles eram seminômades, mudavam-se à medida que o pasto diminuía ou quando ocorriam confrontos com os índios. Essa categoria de desbravadores dedicava-se à criação de animais para a comercialização com os senhores de engenho.

Os quatro movimentos, tanto as descidas, entradas, bandeiras e tropeiros, cada um a sua maneira, contribuíram significativamente para o povoamento do interior do Brasil. Os tropeiros permitiam a colonização do sertão nordestino, em especial do oeste bahiano e a região sul do país, favorecida pelas vastas pastagens naturais dos pampas. As missões contribuíram para povoar a Amazônia e o extremo sul do Brasil.

Em se tratando do Estado de Goiás, hoje Estado do Tocantins, os principais personagens da colonização foram os bandeirantes. Eles possibilitaram a descoberta do ouro e conseqüentemente, o povoamento.

Importante foi o papel dos bandeirantes na conquista deste espaço territorial brasileiro.

Seu desbravamento é marcado hoje por narrativas épicas, cheias de mitos e lendas que fazem parte do simbolismo regional. Embora tenham sido responsáveis pela

escravidão e dizimação de inúmeras etnias indígenas e pela destruição de muitas missões dos jesuítas, os bandeirantes são retratados como homens heróicos, portadores de coragem, bravura e espírito aventureiro, que penetraram na mata e desbravaram a vastidão do interior até então desconhecido, enfrentaram e dominaram índios, descobriram e exploraram riquezas minerais e fundaram povoados. (NASCIMENTO, 2009).

2.4 Quilombos

Eram vários os Quilombos, mas o mais famoso deles, o de Palmares. Nele chegou a existir cerca de vinte mil habitantes, em sua maioria negros, pois ali também se refugiavam brancos pobres e índios.

Quilombos, portanto, eram locais de refúgios dos escravos fugitivos espalhados pelo Brasil na época do Brasil colônia. Esses locais serviam de abrigo aos afrodescendentes, negros e mestiços.

O quilombo de Palmares localizava-se na cidade de União de Palmares, em Alagoas. Nos registros sobre os Quilombos verificou-se que eles existiam em diversas regiões do país, tais como na Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os habitantes dos quilombos eram denominados “Quilombolas”. Alguns desses agrupamentos venceram os tempos e chegaram aos dias atuais, sendo, hoje, denominados “Comunidades Quilombolas”.

No Estado do Tocantins, Estado este, resultante da divisão do estado de Goiás, na divisa com o Estado do Pará, no município de Santa Fé do Araguaia-TO, localiza-se uma Comunidade Quilombola, a comunidade denominada Cocalinho. Essa comunidade é uma entre outras existentes no estado do Tocantins e, entre muitas outras, que ainda existem em diversos estados brasileiros.

Por ocasião da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais já houve a preocupação com a inclusão da história africana, por considerar-se que a ausência dessa história era uma das lacunas de grande importância nos sistemas educacionais brasileiros.

Cunha Júnior (1997), afirma que: a ausência de uma história africana, em primeiro lugar retira a oportunidade dos afrodescendentes em construir uma identidade positiva sobre as próprias origens.

Esse autor ainda argumenta que essa ausência abre espaço para hipóteses preconceituosas, desinformadas ou racistas sobre as origens da população negra, criando espaço fértil para a produção e difusão de idéias erradas, não deixando acabar com o preconceito.

A falta da história africana no currículo a par da ampla abordagem da história européia induz à idéia de que ela não existe, que ela não faz parte do conhecimento a ser transmitido.

A história da formação do povo brasileiro é uma consequência das histórias indígenas, africanas e européias. As tecnologias, costumes, cultura e propostas políticas trazidas pelos africanos ficam difíceis de serem reconhecidas e integradas devidamente na história nacional pelo desconhecimento da base africana.

Um currículo escolar para a formação de professores deve apresentar-se com abordagens decrescente, iniciando com o estudo da história africana, seguindo-se das recriações africanas nas Américas e dos sentidos da arte africana na herança brasileira (CUNHA JÚNIOR, 1997).

Na sequência, essa proposta deverá conter estudos da realidade brasileira mais próxima. Partir de informações mais remotas para chegar ao conhecimento de uma realidade mais próxima seria o prenúncio de uma contribuição positiva para a referida organização curricular. Daí a iniciativa de conhecer a cultura de uma Comunidade Quilombola da atualidade.

Cultura, para Santos, (2000): é o modo de viver de uma determinada sociedade.

Logo, com o conhecimento de aspectos das manifestações culturais da Comunidade Quilombola Cocalinho estar-se-á encaminhando uma contribuição valiosa para a formação de professores e atendendo ao que preceitua a legislação pertinente.

2.5 A Cultura na Comunidade Cocalinho

A pretensão com este estudo é partir de uma reflexão sobre a realidade interna e de

entorno da comunidade-alvo desta pesquisa, para obter dados sobre a sua cultura.

Situar a territorialidade, a demografia, a paisagem, as construções e o perfil dos habitantes da comunidade e ressaltar aspectos que caracterizam sua cultura são elementos importantes para o conhecimento da realidade presente num determinado lugar. Identificando esses aspectos fica mais fácil o entendimento de sua pedagogia.

A realidade dessas comunidades permite que se afirme que elas não são simplesmente um repositório de memória e história, mas também, sujeitos concretos que precisam ser incluídos socialmente no que diz respeito as suas tradições. (Muniz, 2008).

Discorrer sobre o preconceito étnico é entrar no jogo da indignação. É inadmissível que pessoas consideradas escolarizadas e conscientes de sua situação no mundo venham apresentar atitudes preconceituosas no século XXI, em tempos de pós-modernidade.

Os Quilombolas alvo deste estudo permanecem em suas comunidades, buscando sobreviver, a partir do Registro emitido pelo governo federal, que oficializa a Comunidade, como tal.

Nesse ínterim, irrompe a primeira indagação sobre esse grupo para saber como será que eles se sentem: segregados ou sentindo-se cidadãos do mundo e desfrutando de mais dignidade? E como eles são vistos pela sociedade de entorno: como pessoas que, nobremente, cultuam as suas raízes históricas ou simplesmente um povo marcado e feliz (ou infeliz)? E como é que esse povo aprende? Existe uma pedagogia própria ou prevalece a cultura dominante?

2.6 Situando Cocalinho em Santa Fé do Araguaia, no Estado do Tocantins

A busca de dados sobre a pedagogia na comunidade quilombola exigiu que se conhecesse o cenário em que se desenvolvem as ações, ou seja, a caracterização do território. Nessa perspectiva, a provocação apresentou-se com estas indagações:

- Como se apresenta o território de Cocalinho?

- Que mapeamento pode ser dado a esse espaço?

A pesquisa, envolvendo alunos do Curso de Pedagogia da FAHESA-ITPAC, que elaboram seus trabalhos de conclusão de curso com essa temática tem enveredado por esse rumo com importantes reflexões, tendo recolhido dados que estão sendo sumariados para virem compor o perfil da referida comunidade.

2.7 A Pedagogia

Embora em muitos aspectos a pedagogia tradicional ainda se faça presente no cotidiano escolar, na escola existente no interior da comunidade de Cocalinho, Escola Municipal Emanuel, já se consegue vislumbrar nas falas dos professores da escola alguns pressupostos da pedagogia da autonomia.

Na concepção de componentes da escola da comunidade referida, o ato de ensinar *exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural*. Esse é um princípio da pedagogia da autonomia, que Freire (1997), abordou em sua obra, que tanto tem iluminado a vida da escola brasileira.

Pôde-se perceber até aqui que a idéia de mudanças faz parte dos saberes e fazeres escolares, que ensinar exige diálogo e que é preciso ir lendo cada vez melhor o mundo.

A pesquisa é respeitada e a espontaneidade em contar as histórias da comunidade aos estudantes e professores que se dirigem à localidade constitui-se em prática realizada com naturalidade.

Quanto aos elementos que integram o planejamento escolar da Escola Municipal Emanuel, observa-se que a orientação recebida não traz um conteúdo que enfatize a solidificação da identidade racial do afro-brasileiro, pois não difere da orientação dada às outras escolas.

Portanto, o conteúdo, a metodologia e as práticas conseqüentes não trazem uma conotação identificadora dessa cultura. O que existe de novo cabe à iniciativas dos próprios professores quilombolas, que são receptivos a projetos e idéias que possam reforçar a identidade racial. Idéias essas, recolhidas em suas próprias vivências ou aceitando sugestões que chegam de diferentes fontes promotoras de estudos e pesquisas.

Um fato observado foi esse interesse em mostrar às pessoas, elementos da herança cultural que vêm sendo cultivados e que retratam a história africana.

Cabe, finalmente ressaltar que a Escola tem condições de desenvolver ações que expressem as exigências da Lei 11645 de 2008, implementando uma pedagogia desejável para uma comunidade quilombola. Podem faltar, ainda, subsídios e formação ao professor quilombola, no entanto a sua vontade política de explicitar a sua identidade racial poderá facilmente superar as vulnerabilidades advindas das ações a serem enfrentadas.

Nessa linha de reflexão, a escola vai evidenciando o seu referencial, enquanto coexistem pedagogias antagônicas.

Na educação, familiar e do grupo, a transmissão dos conhecimentos vai sendo repassada verbalmente.

Pode-se dizer que a pedagogia no quilombo, com base africana, para melhor incentivar o estudante que faz da escola um espaço de aprendizagem, mas também de convivência, está em ebulição. Os professores sabem de que precisam, são abertos às boas propostas, querem melhorar a qualidade do trabalho escolar e a atual gestora mostra-se receptiva em relação aos anseios de seus professores.

Confirmou-se ainda, que o espaço cultural Casa da Cultura tem sido usado para ensaios e apresentações das manifestações artísticas, identificadoras da cultura afro-brasileira.

Em derradeiro, o que mais impressiona no convívio com as pessoas da comunidade é concluir que lá ainda não se perdeu o espírito de comunidade.

Esse sentimento continua vivo e latente, fazendo com que essa virtude seja cultivada em

tudo aquilo que se entende que seja bom para o coletivo.

Em tempos em que na sociedade impera a competitividade cruel e o egoísmo, constatar que, nesse local, paira a presença do senso de comunidade, incluindo as pessoas de todas as faixas etárias, passa a ser uma percepção provocadora de emoção.

3. REFERÊNCIAS

BLAINEY, Geoffrey. Uma breve história do mundo. São Paulo: Fundamento, 2007.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. A História Africana na Formação dos Educadores. In: Cadernos de Apoio ao Ensino. Universidade Estadual do Paraná. Curitiba-PR, p.61-77, 1997.

_____. A História Africana e os elementos básicos para o seu ensino. In: Negros e o currículo. Florianópolis: Núcleo de estudos Negros-NEN, 1999. n.2 (Série Pensamento Negro em Educação).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

MUNIZ, R. Trilha. Projeto de Pesquisa do Curso de Pedagogia FAHESA/ITPAC. Aprovado pelo Comitê de Ética da Fundação de Medicina Tropical. Araguaína, Tocantins, 2008.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. Tocantins: história e geografia. 6^a. ed. Goiânia: Bandeirante, 2009.

SANTOS, M. Lêda. Leitura, cultura e literatura. Passo Fundo: UPF, 2000.

SHVOONG. A. ABOLIÇÃO da Escravatura. 2009. Disponível em: www.shvoong.com/humanities/h_history-aboliçãodaescravatura-brasil.